

# Leituras sobre o feminismo e o neoliberalismo<sup>1</sup>

DOI: 10.54446/bcg.v11i1.504

Verónica Gago<sup>2</sup>

## Resumo

Várias autoras estão problematizando o neoliberalismo e sua convergência com formas autoritárias e violentas. Por sua vez, as formas neoliberais em regiões como América Latina têm importância central para o entendimento da violência originária do capitalismo. Estas questões permitem animar a crítica ao neoliberalismo com preocupações feministas sobre a dinâmica moralizadora, financeira e espoliativa que avança contra corpos e territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** capitalismo; despossessão; dívida; feminismo; neoliberalismo.

---

1 Ensaio originalmente intitulado "*Lecturas sobre feminismo y neoliberalismo*" publicado em espanhol pela Revista *Nueva Sociedad* n. 290, nov.-dez. de 2020, ISSN: 0251-3552.

Traduzido do idioma original por Kena Azevedo Chaves.

2 Verónica Gago é professora da Universidade Nacional de San Martín (Unsam) e pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (Conicet). Integra o Grupo de Investigación e Intervención Feminista (GIIF), do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade de Buenos Aires (IIEG-UBA). É autora de diversas obras, como os livros *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* (2018) e *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo* (2020), ambos publicados no Brasil pela Editora Elefante. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7009-1468>.

Toda uma série de livros recentes promovem cruzamentos que têm contribuído para um diagnóstico atual sobre: o que dizem e sintetizam as mobilizações feministas dos últimos anos em relação à compreensão e confrontação do neoliberalismo? Quais as leituras permitidas pelos feminismos atuais, tomando-os como um mapa das violências contemporâneas? Podemos partir de uma hipótese: a caracterização do neoliberalismo tem papel central nos feminismos atuais e pode ser entendida como um elemento chave de seu internacionalismo. Primeiramente, porque coloca certas coordenadas aos conflitos povoados pelos feminismos em seu devir massivo e, portanto, é o que lhes permite acumular forças em iniciativas antineoliberais. Em segundo lugar, porque esse entrelaçamento é parte de um debate e de um diagnóstico frente à reação conservadora desatada contra a força transnacional do ciclo recente de lutas, que disputam as formas de gestão dos efeitos das sucessivas crises econômicas desde 2008 até os dias atuais. E, ainda: são os feminismos do Sul do planeta os que permitem deslocar as narrativas euro-atlânticas, através das quais costuma-se conceituar o neoliberalismo. Vamos por partes.



Como caracterizar um neoliberalismo que se alia com as forças conservadoras, ou diretamente fascistas, sem deixar de ser neoliberalismo? Esta questão nos coloca dois problemas. Por um lado, nos obriga a revisar mais uma vez ao que chamamos de neoliberalismo, situando suas mutações – um recente livro organizado por William Callison e Zachary Manfredi (2019) fala em “neoliberalismo mutante”. Por outro lado, poderíamos desmentir a “novidade” da aliança entre neoliberalismo e autoritarismos de direita – que algumas autoras como Zeynep Gambetti (2020) não titubeiam em chamar “novos fascismos” –, ponto que vem sendo postulado a partir de certas narrativas atlântico-eurocêntricas sobre o neoliberalismo, tomado no momento atual como uma espécie de involução ou anomalia de um neoliberalismo caracterizado sempre por seu liberalismo político, e que apenas agora estaria obrigado a esse giro repressivo.

Na América Latina, a origem do neoliberalismo é indissimulavelmente violenta. São as ditaduras, que vieram reprimir um ciclo de lutas operárias, nos bairros e comunidades e lutas estudantis, que marcam seu início. Como princípio metodológico e tomando como perspectiva este continente, portanto, é necessário sublinhar a emergência do neoliberalismo como resposta a um conjunto de lutas. Por isso, o neoliberalismo se apresenta como um regime de existência social e um modo de controle político, instalado regionalmente com o massacre estatal e paraestatal da insurgência popular e armada, e que foi consolidado nas décadas seguintes a partir de volumosas reformas estruturais, seguindo a lógica de ajuste de políticas globais. Com isso quero dizer que a conjunção do neoliberalismo e autoritarismo tem, na América Latina, importância central.

Enquanto o Chile foi a vanguarda impulsionada pelos *Chicago boys* com o golpe militar contra Salvador Allende (que inaugurou um neoliberalismo com uma capacidade constitucional que apenas hoje foi colocada em questão, graças à revolta

social inédita no país), a Argentina foi seu aperfeiçoamento no que diz respeito ao terrorismo de Estado como plano sistemático, inseparável das simultâneas reformas nas legislação financeira (ainda vigentes). As visitas à região naqueles anos, por parte de Friedrich Hayek e Milton Friedman, são capítulo especial para desenvolver o componente doutrinário que o neoliberalismo teve em nossos países, onde o Perú, sob a insígnia de Hernando Soto (atualmente candidato?), foi um baluarte indubitável. Creio que este ponto permite colocar em outra perspectiva a ideia de “novidade”, de um neoliberalismo que deixou sua roupagem liberal, e inclusive progressista, para conectar sua atualidade com a experiência *originária* em certas regiões (sem dúvidas, terceiro-mundistas) do planeta. Porém, também marcar a importância política e metodológica das revoltas regionais como contestações à legitimidade política do neoliberalismo, e que vem sendo acumuladas desde o início deste século até o ciclo de revoltas feministas, para pensar esta nova cena de violência neoliberal.

Temos em nossa região mais de quatro décadas de mutações neoliberais que nos permitem identificar vários aspectos. Por um lado, como já enunciei, assinalar a origem violenta do neoliberalismo. Por outro, compreender suas mutações posteriores a partir do ponto de vista das lutas que o desafiaram e que permitem uma leitura em sentido contrário de suas estratégias; isto é, postular aquilo que as lutas estão subvertendo, como justamente o que determina a orientação de sua mutação. Falar do caráter polimórfico, da capacidade combinatória, versátil, do neoliberalismo, mostra que a governabilidade neoliberal se refere a uma racionalidade política que não está reduzida ao aparato do governo, e que disputa as subjetividades como espaço estratégico da produção de governo.

Se o neoliberalismo necessita agora aliar-se com forças conservadoras retrógradas – da supremacia branca aos fundamentalistas religiosos, do inconsciente colonial ao despojo financeiro mais desenfreado, como vêm documentando e teorizando Wendy Brown (2018), Suely Rolnik (2019), Keeanga Taylor (2019), Silvia Federici (2018) y Judith Butler (2020), para citar alguns livros em um mapa de leituras que nutrem a perspectiva feminista – é porque a desestabilização das autoridades patriarcais e racistas colocam em risco a própria acumulação de capital no momento presente.

Uma vez que a fábrica e a família heteropatriarcal (ainda como imaginários), não conseguem mais disciplinar, e uma vez que o controle securitário é desafiado por formas transfeministas e ecológicas de gerir a interdependência em épocas de precariedade existencial – o que inclui disputar serviços públicos e aumento de salários, moradia e desendividamento, e não apenas reconhecer os cuidados! –, a contraofensiva se redobra. Isso pressupõe dar créditos aos feminismos e movimentos de dissidência sexual em suas posições migrantes, faveladas, sindicais, universitárias, rurais, indígenas, populares etc., e ao seu caráter massivo, radical e transnacional, como dinâmicas chave de *desestabilização da ordem sexual, de gênero e, portanto, da ordem política neoliberal*, porque materializam a disputa pelos desdobramentos da crise, que desde 2008 não deixam de se aprofundar. Nesse sentido, neoliberalismo

e conservadorismo compartilham objetivos estratégicos de *normalização* e de gestão da crise da relação de obediência, sendo esta última chave para a acumulação.

Contra a oposição identidade *versus* classe, ou temática do poder *versus* temática da exploração, através das quais tenta-se encurralar as lutas atuais, as revoltas feministas expressam, mobilizam e difundem uma mudança na composição das classes trabalhadoras e no que se entende por trabalho, extrapolando suas classificações e hierarquias. A dimensão de classe dos feminismos se coloca no jogo quando falamos em trabalho reprodutivo, partindo da violência que sustenta a apropriação extrativista contra certos corpos e territórios e chegando na prática da greve, que evidencia não a substituição e dissolução da questão da exploração, mas sim a reformulação de como essa exploração se organiza quando os mandatos de gênero e os privilégios racistas são apontados como parte do triângulo indissolúvel entre capital, patriarcado e colonialismo.

Várias análises indicam uma nova articulação entre patriarcado e capitalismo (por exemplo, Etienne Balibar e seu debate sobre a noção de “capitalismo absoluto”) que se expressa como uma nova articulação entre produção e reprodução. Uma questão se coloca: por que o neoliberalismo faz uma mutação nessa direção? Uma chave é indicar a importância de agregar a dimensão financeira à análise da reprodução social, porque é um lugar concreto a partir de onde a moralidade e a exploração se entrelaçam. O livro “Uma leitura feminista da dívida” (CAVALLERO; GAGO, 2020) permite identificar os fluxos de endividamento para completar o mapa da exploração em suas formas mais dinâmicas, versáteis e aparentemente “invisíveis”, sobre as quais se enraíza a mutação neoliberal. Na América Latina, o endividamento das economias domésticas, das economias não assalariadas, das economias consideradas historicamente não produtivas, permite captar os dispositivos financeiros como verdadeiros mecanismos de extração do valor, de confinamento das vidas e atribuição de tarefas conforme mandatos de gênero.

Assim, trata-se de interpretar a fisionomia que toma a recomposição do classicamente chamado conflito operário para além de suas coordenadas habituais (um marco assalariado, sindical, masculino), para pensar em como a expansão do sistema financeiro é, por um lado, uma resposta a uma sequência específica de lutas e, por outro, uma dinâmica de contenção que organiza uma certa experiência da crise atual. Esta perspectiva nos permite também entender de que modo o endividamento massivo das populações – majoritariamente não assalariadas, migrantes, feminizadas – necessita de um tipo específico de disciplinamento e, eventualmente, de criminalização. É outro modo de caracterizar a questão trabalhadora desde uma perspectiva feminista em nossos dias e de compreender as formas de exploração do momento neoliberal. Entendo que aqui também entra em jogo um sentido preciso de como a subjetivação de massas desenvolvida pelas revoltas feministas é componente chave dessa batalha contra o neoliberalismo que tenta mutações ao infinito (o utópico *infinito* financeiro).

Alguns anos após o debate sobre o pós-neoliberalismo na região, estamos diante de um renovado embate neoliberal conservador. O aprofundamento da crise

da reprodução social é sustentado por um incremento brutal do trabalho feminizado, que substitui as infraestruturas públicas e é envolvido nas dinâmicas de superexploração. A privatização de serviços públicos e a restrição de seu alcance se traduzem no fato de que essas tarefas (saúde, cuidado, alimentação etc.) devem ser supridas pelas mulheres, lésbicas, travestis e trans, como tarefa não remunerada e obrigatória, acompanhada do endividamento generalizado nos setores de baixa renda. Várias autoras têm destacado a *exploração moralizadora* – que reafirma mandatos familiaristas – que se entrelaça<sup>3</sup> à própria crise da reprodução, e mostram como se desprendem dali as bases da convergência entre neoliberalismo e conservadorismo. Precisamos situar a forma com a qual o neoliberalismo, para justificar suas políticas de ajuste, revive a tradição da responsabilidade familiar privada, como evidencia Melinda Cooper (2017, p. 23), e o faz através do idioma da... “dívida doméstica”! Endividar os lares é parte do seu chamado à responsabilização neoliberal, porém, ao mesmo tempo, condensa o propósito conservador de impor sobre os confins dos lares cis-heteropatricarais a reprodução social.

O giro<sup>4</sup> conservador é um aspecto fundamental que tenta reforçar, por um lado, a obrigação de contrapartida da ajuda social com exigências familiaristas como lógica de cuidado e responsabilidade; por outro, faz com que as igrejas sejam hoje canais privilegiados para a redistribuição de recursos. Vemos assim a consolidação de uma estrutura de obediência sobre o dia a dia e sobre o tempo ainda por vir, que obriga a assumir de maneira individual e privada os custos do ajuste e a receber condicionamentos morais em troca de recursos escassos.

Tudo isso nos dá, outra vez, uma possibilidade de compreensão mais ampla e complexa do diagnóstico feito da aliança do neoliberalismo com as forças conservadoras, que se expressa como violências que tomam aos corpos feminizados como novos territórios de conquista. Por isso é necessário animar a crítica ao neoliberalismo com um gesto feminista sobre a maquinaria da dívida – essa como um dispositivo generalizado de exploração financeira –, pois significa também apontar contra a maquinaria neoliberal da culpabilização, sustentada pela moral heteropatriarcal e pela exploração de nossas forças vitais.



Quero centrar a discussão em duas intervenções que me parecem importantes para construir esse mapa de leituras do presente: as perspectivas das estadunidenses Wendy Brown e Nancy Fraser, porque são intervenções filosóficas, políticas e epistêmicas que colocam em jogo uma definição do neoliberalismo e que se vinculam aos problemas do feminismo. E porque, de algum modo, são centrais na definição (euroatlântica) de neoliberalismo.

3 N.T.: No original: “enjambra”.

4 N.T.: No original: “torsión”.

Em seu livro *El pueblo sin atributos. La secreta revolución del neoliberalismo* [O povo sem atributos: a secreta revolução do neoliberalismo] (BROWN, 2016), a partir de uma leitura do curso de Michel Foucault de 1979, Wendy Brown se propõe a introduzir uma brecha, justamente em uma noção de neoliberalismo que parece conter tudo. Para isso, sua fórmula é aprofundar “a antinomia entre cidadania e neoliberalismo” e polemizar com o modelo da governança neoliberal entendido como processo de “des-democratização da democracia”. Em seu argumento, o neoliberalismo restringe os espaços democráticos não apenas em escala macroestrutural, senão que também no plano da organização das relações sociais, na medida em que a concorrência se torna a norma de todos os vínculos. Ela destaca esse processo como uma *economicização* da vida social que altera a própria natureza do que chamamos política, reforçando o contraste entre as figuras do *homo economicus* e do *homo politicus*.

Brown destaca que no neoliberalismo a cidadania não é somente um conjunto de direitos, mas é também um tipo de ativismo contínuo no qual estamos obrigados e obrigadas a atuar para nos valorizarmos. A penetração da racionalidade neoliberal em instituições modernas, como a cidadania, espalha a noção de democracia a partir do ponto de vista da autora, que aponta que nas genealogias de Foucault “não existem cidadãos”. Sua crítica ao neoliberalismo como neutralização do conflito é importante e sua análise, afiada, não deixa de estar dentro de um esquema *politicista*: a expansão que nos permite pensar o neoliberalismo como governamentalidade termina sendo restrita, ao postular a razão neoliberal como sinônimo do desaparecimento da política. Recria-se assim a distinção entre economia e política (distinção fundante do capitalismo), de modo tal que preserva uma “autonomia do político” como um campo agora colonizado, porém a ser defendido. Partindo de uma perspectiva claramente arendtiana, faz-se do “reino das regras” o espaço privilegiado para o desdobramento democrático do *homo politicus*. Nesta linha de argumentação, a explicação feita por Brown do triunfo de Donald Trump em 2016, referindo-se a um “populismo apocalíptico”, seria a consumação desse sequestro da política por parte do neoliberalismo:

Se a reprovação da política é um fio importante para o assalto da democracia do neoliberalismo, igualmente importante para gerar apoio ao autoritarismo plutocrático, é o que chamo de economicização<sup>5</sup> de tudo, incluindo valores democráticos, instituições, expectativas e saberes. O significado e a prática da democracia não podem ser entregues à semiótica do mercado e da sobrevivência. A liberdade fica reduzida à promoção de mercados, manutenção daquilo que se obtém, e portanto, legitimação do crescimento da inequidade e indiferença a todos seus efeitos sociais. A exclusão se legitima como fortalecimento da competitividade; o segredo mais que a transparência ou a responsabilidade, é o bom sentido do negócio (BROWN, 2017).

---

5 N.T.: No original: “economización”.

Para Brown, o que se esvazia, desde o ponto de vista da economicização da vida, é a cidadania como forma de “soberania popular”. Também, assinala, a privatização dos bens públicos e da educação superior contribui para debilitar a cultura democrática, e a noção de “justiça social” se consolida como aquilo que restringe as liberdades privadas. Em resumo:

[...] conjuntamente, o aberto desprezo neoliberal pela política; o assalto às instituições democráticas, os valores e imaginários; o ataque neoliberal aos bens públicos, à vida pública, à justiça social e à cidadania educada geram uma nova formação política antidemocrática, anti-igualitária, ultra individualista e autoritária (BROWN, 2017).

Esta forma economicizada da política produz, na perspectiva de Brown, um tipo de subjetividade que se contrapõe à estabilidade e seguridade da cidadania: “Esta formação agora se acende com o combustível de três energias que consideramos antes: medo e ansiedade, status econômico declinante e branquitude rancorosa ferida”. Medo, ansiedade, precariedade e “branquitude” rancorosa, são os sintomas liberados quando os confins da cidadania não produzem nem regulam a subjetividade democrática. A questão para Brown, então, fica assim: *as liberdades aumentam na medida em que se reduz a política; são liberadas energias perniciosas na medida em que não há contenção cidadã*. O resultado é uma política que não é antitestatal, no caso de Trump, senão que uma gestão empresarial do Estado.

A partir de que ponto de vista é possível criticar o politicismo desta visão? Esta perspectiva envolve três problemas. Por um lado, creio que o que se desprende do voto de direita, considerado em sentidos muito amplos, não é um espírito antidemocrático simplesmente. Quero esclarecer que penso simultaneamente no chamado “giro à direita” na América Latina, porque, na medida em que coincidiu com o triunfo de Trump, impulsionou justamente uma busca de “explicações” sobre tal “deslocamento”, primeiramente nas preferências eleitorais, e em seguida nos apoios às manobras golpistas. Os governos de direita, usando as palavras memoráveis da direita vernácula, justificam, através de um materialismo cínico, o antidemocrático da democracia. Com isso, quero dizer que no argumento de Brown funciona uma dupla *idealização da democracia* (essa é a fonte de seu politicismo). Primeiro, porque se apagam as violências entrelaçadas ao neoliberalismo desde suas origens (golpes de Estado e terrorismo de Estado na América Latina, porém também as formas de racismo que a democracia legítima) e que são violências que as democracias pós-ditatoriais prolongam de maneira diversa, porém constitutiva. Segundo, porque a concepção da democracia como reino da regra e de sua projeção cidadã nos impede de ver suas violências repressivas e como se estruturam hoje as conflitividades sociais que, justamente, percebem que a política como campo de regras é um privilégio discursivo das elites, uma vez que experimentam na prática que essas regras não funcionam de maneira universal, como se explicita por exemplo no movimento #BlackLivesMatter e nos assassinatos de jovens pobres nas metrópoles latino-americanas.

Entendo que a crítica ao neoliberalismo se debilita quando o considera como não político. Sob esta ideia de política ficam anulados os momentos propriamente políticos do neoliberalismo e, em particular, ficam invisibilizadas as “operações do capital” em sua eficácia imediatamente política, ou seja, como construção de normativa e espacialidade, assim como produção de subjetividade. Com relação a isso, parece-me fundamental pensar as práticas políticas capazes de questionar o neoliberalismo sem considerá-lo como “o outro” da política. Se há algo de desafiante e complexo no neoliberalismo é que sua constituição é em si diretamente política e, portanto, podemos entendê-lo como campo de batalha.

Em seu último livro, “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, Brown (2020) revisa os argumentos de seu livro anterior. Aqui, parte do fracasso em prever e compreender o avanço das diretas, com uma conjunção de “libertarismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo”. Neste trabalho, Brown busca se deslocar do que chama o “sentido comum da esquerda” e coloca em destaque, sobretudo, a articulação do neoliberalismo com a moral tradicional. A ênfase no “lado moral” do projeto neoliberal torna-se fundamento para “desmantelar a sociedade” ( em um jogo com o título foucaultiano de “defender a sociedade”) e faz referência aos modos com que a “ferida do privilégio” da branquitude, da masculinidade e da cristandade, encontra as maneiras para se converter em reação antidemocrática. A questão das subjetividades se coloca como o centro da disputa política.

Enquanto Brown sublinha desde o início os traços apocalípticos do populismo de Trump e sua perversa continuidade com o caráter desdemocratizante do neoliberalismo, Nancy Fraser, por sua vez, tratou do triunfo de Trump como um “motim eleitoral” contra a hegemonia neoliberal, mais especificamente, como uma “revolta contra as finanças globais”. Nessa saga, a autora também localiza o Brexit, a campanha democrata de Bernie Sanders, a popularidade da Frente Nacional na França e o repúdio às reformas de Matteo Renzi na Itália. Fraser enxerga nesses eventos diversos a mesma vontade de repúdio ao “capitalismo financeirizado”. A esta leitura se engendra sua ideia de que o que entra em crise é o “neoliberalismo progressista”, tal como escreveu em um artigo de conjuntura nos princípios de 2017:

Na sua forma norte-americana, o neoliberalismo progressista é uma aliança da corrente principal dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBTQ), por um lado; e altos setores empresariais “simbólicos” e serviços (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood), por outro. Nesta aliança, as forças progressistas estão efetivamente unidas às forças do capitalismo cognitivo, especialmente a financeirização. No entanto, involuntariamente, os primeiros emprestam seu carisma a este último. Ideais como a diversidade e o “empoderamento”, que, em princípio, poderiam servir para fins diferentes, agora lustram políticas que devastaram a indústria e o que antes eram vidas de classe média (FRASER, 2017).

Reunido no novo livro “Los talleres ocultos del capital. Un mapa para la izquierda” [Os laboratórios secretos do capital: um mapa pra a esquerda] (FRASER, 2020a), este argumento já estava presente em seu texto “Contradições entre o Capital e o Cuidado” (FRASER, 2020b), onde a autora comentava que o imaginário igualitarista de gênero alimenta um individualismo liberal no qual a privatização e a mercantilização da proteção social se embebem de uma “aura feminista”. Isto supõe lograr com que as tarefas reprodutivas se apresentem simplesmente como um obstáculo à carreira individual e profissional das mulheres: tarefas das que, por sorte, o neoliberalismo nos libera, dando-nos a chance de adentrar aos mercados. A emancipação assume assim um caráter reacionário, argumenta Fraser, operando justamente sobre a reformulação da divisão reprodução-produção, normalizando o campo onde hoje estão situadas as contradições mais profundas do capital. Nesse sentido, o “neoliberalismo progressista” seria uma contrarrevolução dos postulados feministas, nos quais a emancipação se produz tanto porque somos empurradas em direção ao mercado de trabalho, instaurando o modelo dos “lares duplamente remunerados”, como através da metabolização perversa da crítica feminista ao salário familiar, ou porque essa situação se sustenta sobre uma maior hierarquização classista e racista da divisão global do trabalho, onde as mulheres migrantes pobres do sul preenchem o “vazio de cuidados” das mulheres do norte, entregues às suas carreiras profissionais.

Nessa perspectiva, o “neoliberalismo progressista” é a resposta a uma série de lutas contra a hegemonia da disciplina do trabalho assalariado e masculino, que convergem com movimentos sociais que, por sua vez, politizaram as hierarquias sexistas e racistas. A força do neoliberalismo, pensado como reação e contrarrevolução, seria a de ter conseguido converter essas lutas em um tipo de cosmética multicultural e *freelance* para as políticas de ajuste, desemprego e desinvestimento social, tratando-as no idioma dos direitos das minorias. A já citada Melinda Cooper (2017, p. 23) adverte sobre o risco da argumentação de Fraser:

Em seu trabalho mais recente, Fraser acusa o feminismo da segunda onda de haver colaborado com o neoliberal em seus esforços para destruir o salário familiar. Foi mera coincidência que o feminismo da segunda onda e o neoliberalismo tenham prosperado simultaneamente? Ou haveria alguma afinidade eletiva perversa, subterrânea, entre ambos?

A suspeita que Cooper levanta às perguntas de Fraser é relevante para construção de uma crítica que não seja nostálgica nem restauradora da família (ainda que em modos mais igualitários), em nome de uma segurança perdida, já que são justamente essas as bandeiras sobre as quais se encoraja o neoliberalismo mais conservador. O ponto que fica como dilema é como fazer para que essa interessante leitura não se converta na introjeção de uma racionalidade sempre antecipada da derrota. Isto é, como evitar pressupor – *a priori* como lógica que se ratifica em um *posteriori* analítico – a capacidade do neoliberalismo em metabolizar e neutralizar toda prática e toda crítica, garantindo de antemão seu êxito.

Fraser é uma das autoras, junto com Cinzia Arruza e Tithi Bhattacharya, da obra "Um feminismo para 99%" (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), manifesto publicado nos Estados Unidos e traduzido para vários idiomas. Esta consigna, lançada originalmente pelo movimento Occupy Wall Street, é muito interessante porque é recuperada para construir uma oposição de maneira direta ao feminismo corporativo (*lean-in*). Contudo, duas perspectivas estão inscritas problematicamente em seu interior: uma articulação populista e uma interseccionalidade de lutas, o que abre uma discussão sobre a prática política relacionada a como se produz um feminismo de maiorias que tenha como perspectiva uma crítica radical ao neoliberalismo.

Em plena pandemia, as revoltas feministas persistem, sustentando redes de cuidado, de autodefesa, de abastecimento, que disputam diretamente as condições de reprodução: da saúde à moradia, passando pelas aposentadorias e pelas tarifas de acesso à conectividade. Aqui é colocada em questão uma concepção sobre o trabalho, sobre quem produz valor e sobre quais modos de vida merecem ser assistidos, cuidados e remunerados, e também sobre de onde sairão os recursos para fazê-lo. As leituras feministas para enfrentar o neoliberalismo em seu modo conservador são mais estratégicas do que nunca.

## Bibliografia

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos. La secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona: Malpaso, 2016.
- BROWN, Wendy. Democracy Lecture, *Blätter für deutsche und internationale Politik*, 8/2017.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century 'Democracies'. *Critical Times*, v. 1, n. 1, 2018.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2020.
- BUTLER, Judith. *The Force of Non Violence: An Ethico-Polical Bind*. Londres-Nova Iorque: Verso, 2020.
- CALLISON, W.; MANFREDI, Z. (org.). *Mutant Neoliberalism: Market Rule and Political Rupture*. Nova Iorque: Zone Books, 2019.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos!* Porto Alegre: Editora Criação Humana, 2020.
- COOPER, M. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Nova Iorque: Near Futures/Zone, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Re-Enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons*. Oakland: pm Press, 2018.
- FRASER, Nancy. O fim do neoliberalismo "progressista". *Brasil de Fato*, 27/01/2017. [online] Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/o-fim-do-neoliberalismo-progressista>>. Acesso jun/2021.
- FRASER, Nancy. *Los talleres ocultos del capital. Un mapa para la izquierda*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2020a.
- FRASER, Nancy. Contradições entre o Capital e o Cuidado. *Autonomia Literária*. 13/07/2020b. [online] Disponível em: <<https://autonomialiteraria.com.br/contradicoes-entre-capital-e-cuidado>>. Acesso jun/2021.
- GAMBETTI, Z. Exploratory Notes on the Origins of New Fascisms. *Critical Times*, v. 3, n. 1, 2020.
- ROLNIK, Sueli. *Esferas de insurreição*. N-1 edições, São Paulo, 2019.
- TAYLOR, Keeanga. *Race for Profit: How Banks and the Real Estate Industry Undermined Black Homeownership*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019.

### **Readings on feminism and neoliberalism**

Several authors are problematizing neoliberalism and its convergence with authoritarian and violent forms. In turn, neoliberal forms in regions such as Latin America are central to the understanding of the original violence of capitalism. These issues allow us to encourage criticism of neoliberalism with feminist concerns about the moralizing, financial and dispossessive dynamics that attack bodies and territories.

**KEYWORDS:** capitalism; dispossession; debt; feminism; neoliberalism.

### **Lecturas sobre feminismo y neoliberalismo**

Varias autoras están problematizando el neoliberalismo y su convergencia con formas autoritarias y violentas. A su vez, las formas neoliberales en regiones como América Latina implican un archivo clave sobre la violencia originaria del capitalismo. Estas cuestiones permiten animar la crítica al neoliberalismo con preocupaciones feministas sobre la dinámica moralizadora, financiera y desposesiva que arremete contra cuerpos y territorios.

**PALABRAS CLAVE:** capitalismo; desposesión; deuda; feminismo; neoliberalismo.

Tradução: Kena Azevedo Chaves (Doutoranda em Geografia, Unesp/Rio Claro).